

REFLEXÕES SOBRE AS PROFISSÕES¹

REFLEXIONS ON THE SYSTEM OF PROFESSIONS

Eliane Aparecida Junckes Pereira - elianejunckes@bol.com.br

Bibliotecária, UDESC

Miriam Vieira da Cunha - mcunha@cin.ufsc.br
Professora, Departamento de Ciência da Informação, UFSC

Resumo

Reflexão sobre as profissões apresentando sua evolução na sociedade, com ênfase na sociedade da informação e sua relação com o Estado. Analisa alguns modelos europeus e norte-americanos de profissionalismo, os processos de profissionalização e apresenta um breve histórico da evolução das profissões no Brasil com ênfase na Biblioteconomia.

Palavras-chave: Profissões. Biblioteconomia. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Informação e conhecimento sempre estiveram, ao longo da história, relacionados ao processo de desenvolvimento humano. Movido por este processo, o avanço das tecnologias de informação, encontra-se hoje no centro da reformulação de uma nova ordem mundial. O acesso rápido à informação leva à aceleração do conhecimento e este, por sua vez, gera novos conhecimentos de maneira cada vez mais ágil o que não encontra precedentes na nossa história.

Tais avanços vêm permitindo uma expansão da troca de informações entre os agentes individuais e coletivos. Ações antes planejadas apenas com interesses locais são, nessa nova ordem mundial, discutidas a partir de uma ótica nacional e internacional.

Do ponto de vista econômico, verificam-se novas práticas de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, competição entre instituições e uma maior intensidade no uso da informação.

No campo social, têm-se modificações sensíveis nas relações, na forma e no conteúdo do trabalho com implicações no fazer dos profissionais.

Neste contexto, para Harvey (1983, p.140), a extensão do capitalismo trouxe flexibilidade aos processos de trabalho, aos mercados, aos produtos e padrões de

¹ Este artigo é parte da dissertação defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFSC

consumo em um novo regime de “acumulação flexível.” Este autor ressalta ainda que esta acumulação envolve mudanças rápidas e desiguais nos padrões de desenvolvimento, “criando [...] um vasto movimento no emprego do chamado setor de serviços.”

Para Braga Primo (1989, p.98), essas transformações fazem parte de uma revolução dos serviços, cujo maior impacto se verifica nas áreas de treinamento e educação, nos serviços de apoio às atividades industriais e agrícolas, e nos serviços de alta tecnologia como informática, telecomunicações e robótica. Trata-se de uma nova forma de atuação social e de trabalho. Mudam a estrutura de poder, as instituições e se instala uma nova cultura comportamental. (TARAPANOFF, 2000).

Dentro desta nova ordem social, o desenvolvimento tecnológico vem provocando mudanças sensíveis no perfil de profissionais de diversas áreas do conhecimento. Essas transformações são constantes e evoluem de forma acelerada.

É neste cenário de transformações sociais, econômicas e culturais que as profissões se fortalecem ou deixam transparecer suas fragilidades, como veremos a seguir.

2 AS PROFISSÕES

O termo profissão é originário da palavra latina *profesione* e remete ao ato ou efeito de professar. Infere a este termo um sentido de confissão pública de uma crença, sentimento, opinião ou modo de ser, conduzindo à concepção de uma atividade ou ocupação especializada, que requer preparo e formação (TARGINO, 2000). Neste sentido, o profissional apresenta-se à sociedade como portador de um conhecimento específico, capaz de realizar uma tarefa. Em troca da realização deste trabalho e da garantia de eficiência, a sociedade dá credibilidade a este profissional.

Ao longo do século XX, muitos foram os pesquisadores que estudaram o desenvolvimento das profissões. Diniz (2001), em seu livro, *Os donos do saber* faz uma síntese do assunto. Inicia lembrando o pensamento dos sociólogos funcionalistas americanos que, a partir de 1930, desenvolveram uma área de estudos com foco nas profissões. Este grupo de sociólogos buscou enfatizar características comuns capazes de identificar qualquer profissão diferenciando-as das ocupações.

As principais características citadas por estes autores são:

- a presença de um corpo de conhecimento especializado e abstrato;

- a autonomia no exercício profissional;
- a capacidade de autoregulamentação;
- a existência de procedimentos de credenciamento;
- o exercício da autoridade sobre os clientes;
- e a publicação de um código de ética. (DINIZ, 2001, p.18-22).

Outro ponto defendido pelos funcionalistas é a natureza altruísta dos profissionais que buscam o bem comum, não sem esperar uma compensação financeira seguida de prestígio e de status social.

O filosofo espanhol Ortega y Gasset (1935, apud Muller, 2004), em um discurso aos bibliotecários, em 1935, descreveu como as profissões surgem em nossa sociedade. Segundo ele, há um estágio, em nossa cultura, onde aquilo que um indivíduo faz porque tem talento, porque gosta, porque tem necessidade de expressar uma vocação pessoal, se torna útil e importante para o seu grupo cultural. Quando isto acontece, o trabalho desse indivíduo passa a preencher as necessidades do grupo em questão e a sociedade passa a exigir que esta atividade seja feita regularmente. Ainda, segundo este autor, para se compreender uma profissão é necessário entender a sociedade a que ela serve, sociedade esta que se encontra em constante mudança.

Outros teóricos buscaram o entendimento do processo de profissionalização. Wilensky (1970 apud DINIZ, 2001) constatou que há uma ordem comum, onde as ocupações passam a ser consideradas profissões. Segundo esta ordem, em primeiro lugar, a ocupação passa a ser de tempo integral; a seguir vem a criação de escolas para treinamento formal. Caso essas escolas nasçam fora de instituições regulamentadas como universidades surge uma preocupação em buscar este reconhecimento, com seus integrantes constituindo departamentos universitários. Isso possibilita um aprofundamento científico com a formação de um grupo de professores universitários dedicados, em tempo integral a esta tarefa, aumentando desta forma, consideravelmente, o corpo de conhecimentos da área.

Posteriormente, surgem as associações. Através destas associações os profissionais buscam obter do Estado seu reconhecimento a partir de uma legislação específica. Esta legislação regulamenta a prática da atividade ocupacional aos que possuem um grau acadêmico e o licenciamento, penalizando os que exercem esta ocupação sem o devido

credenciamento. Finalmente, são criados os códigos de ética que vão regular as relações entre os profissionais e seus pares, eliminando ou controlando a competição interna e oferecendo, além disso, garantias à sociedade.

O modelo de profissionalização funcionalista, descrito acima, está baseado no modelo liberal de desenvolvimento das profissões dos Estados Unidos e da Inglaterra, onde a intervenção do Estado é mínima e as profissões consideradas fundamentais para a modernização da sociedade. Já o modelo Europeu tem um desenvolvimento diferente, como veremos a seguir.

Os Estados Unidos e a Inglaterra têm economias de mercado, com um Estado relativamente passivo e descentralizado, e uma burocracia reduzida. Já, nos Estados burocráticos centralizados da Europa Continental, aconteceu o contrário. As profissões foram, nestes países, historicamente, instituídas por reis, príncipes e pelo Estado que buscava influenciar o comportamento de seus integrantes. Ainda hoje, a presença do Estado na Europa se concretiza na forma do status e do prestígio alcançado por profissionais formados em instituições de ensino superior públicas, os maiores formadores de profissionais para o serviço estatal. Em países como a Alemanha e a França, o funcionalismo público tornou-se uma referência normativa para as profissões, garantindo, junto com as credenciais acadêmicas, um status social (DINIZ, 2001, p. 25).

Criticos da teoria funcionalista, como Johnson e Brante (1988 apud DINIZ, 2001) alegam que esta teoria não leva em conta o contexto histórico e cultural em que as profissões se desenvolvem e desconsideram, em suas propostas, aspectos relacionados à busca do poder pelos profissionais. Esses autores acreditam que as condições sociais influenciam, de maneira significativa, o processo de profissionalização e que estas não podem ser desprezadas.

Outro estudos das profissões é Abbott. Em seu livro *The System of professions* (1988), o autor demonstrou que as profissões formam um sistema competindo por espaço e poder.

A característica principal deste sistema é a interdependência entre as profissões, que se encontram em permanente disputa por espaço. Cada profissão se dedica a um conjunto de atividades ligadas pelos laços da jurisdição² (ABBOTT, 1988, p. 59). A resistência

² Quando reivindica uma jurisdição, uma profissão exige da sociedade que reconheça sua estrutura cognitiva através de direitos exclusivos; a jurisdição não é apenas uma cultura, mas uma estrutura social. Estes direitos exclusivos podem incluir o monopólio da prática e do pagamento públicos, direitos de disciplina, de emprego, controle do treinamento profissional, do recrutamento e do licenciamento, para

ou a fragilidade destes laços determina o cotidiano de cada profissão. Neste sentido, nenhuma profissão se desenvolve isoladamente, mas influencia e é influenciada pelas demais.

Neste modelo de Abbott, cada jurisdição só pode ser ocupada por uma profissão. Mas, este controle pode ser perdido em função de forças externas e internas que agem sobre a profissão. Estas forças devem ser dominadas para se manter o controle da jurisdição.

Esse controle se dá em duas frentes, cultural e social. O controle cultural acontece através do desempenho da atividade profissional, legitimado por um corpo de conhecimentos abstratos. O controle social é exercido através do poder que a profissão exerce sobre a opinião pública, o mundo do trabalho e sobre os meios legais alcançados pelos seus membros impedindo, aos profissionais não habilitados, o exercício profissional.

Estes dois tipos de controle buscam a exclusividade do exercício profissional, característica da teoria de Abbott. É esta exclusividade que determina as disputas entre profissões, pois o sucesso de cada uma delas depende da ocupação efetiva de uma jurisdição.

Para Cunha e Crivellari (2004, p.42) “a força e o sucesso de uma profissão são legitimadas pela delimitação clara de seu campo de competência, pela delimitação de um espaço próprio de ação e através de sua interação com outras profissões”.

Na realidade, segundo estas autoras, a interação entre as profissões também é uma forma de garantir a ocupação efetiva de uma jurisdição. O profissional não pode se isolar mas deve interagir com outros profissionais em equipes multidisciplinares ampliando seu campo de ação.

Para Freidson (1998), as profissões são uma especialização do trabalho, que evolui através de uma certificação dada por uma educação formalizada. Segundo este autor, as ocupações se diferenciam das profissões por não necessitarem desta certificação formal e por não manterem compromisso com o desenvolvimento científico profissional.

Para Bonelli (2002), outra característica dos profissionais é a sua atuação em grupos formados em função de conhecimentos e interesses específicos comuns. Muito embora estes grupos sejam vistos como a união de colegas partilhando valores comuns, a vivência dentro de cada profissão é marcada pelo embate entre conteúdos para a

mencionar apenas alguns. (ABBOT, 1988, p.59)

definição da ideologia dominante em cada grupo. São estes embates que levam à delimitação das fronteiras profissionais internas e externas. Quanto mais seguros estiverem seus membros de seu papel dentro da profissão e do papel desta na sociedade, maiores são as chances de crescimento da profissão dentro da sua jurisdição.

Para Cunha (2000, p. 2), na definição de profissional estão implícitas, “noções de monopólio de conhecimentos, de autonomia e de prestação de serviços. Prestar serviços pressupõe uma competência no domínio em questão e conhecimentos específicos adquiridos através de formação”.

Esta formação dará ao grupo, seu status profissional. Porém, a competência na aplicação do conhecimento e a coerência do discurso da categoria é que garantirá a permanência deste status.

2.1 Os profissionais na sociedade da informação

O conceito de sociedade pós-industrial, surge nos Estados Unidos, nos anos 70 e se populariza nos anos 80. Esta sociedade se caracteriza pela passagem de uma economia de produção material em direção a uma economia de serviços onde os novos conhecimentos são um recurso estratégico de transformação. A utilização da informação tornou-se um aspecto integral do trabalho para um número cada vez mais importante de profissionais, como os gerentes de informação, os especialistas de comunicação, os consultores e os educadores, entre outros. As pesquisas de Machlup (1962) e Bell (1976) chamaram a atenção sobre o crescimento da indústria da informação e sobre o desenvolvimento de uma sociedade da informação.

Martin (1995, p.3) define a sociedade da informação como aquela onde

"a qualidade de vida bem como o desenvolvimento econômico e social dependem, cada vez mais, da informação e da sua exploração. Nesta sociedade, o nível de vida, as formas de trabalho e de diversão, o sistema educativo e os mercados são grandemente influenciados pelos avanços da informação e do conhecimento. Este fenômeno é evidenciado pelo aumento de produtos e serviços de informação comunicados, principalmente, através da mídia eletrônica".

Para Dowbor (2002), nesta sociedade, as dimensões espaciais do trabalho estão mudando. Em função das tecnologias de informação, a presença física não é essencial para a realização do trabalho. O mesmo profissional pode realizar tarefas em organizações distintas, em locais diferentes, sem que, para isso, tenha que se deslocar fisicamente.

Segundo De Masi (2001), o trabalho intelectual ganha cada vez mais espaço e faz aparecer conceitos como ócio criativo e trabalho solidário como parte da evolução humana. O intelecto humano supera as técnicas, buscando fazer mais com menos esforço. Isto também pode se tornar uma armadilha para o homem, que se vê num dilema: quanto mais trabalha mais produz, quanto mais produz mais lhe é exigido por força de sua competência.

Na evolução das profissões na sociedade da informação, o principal fator para a delimitação da atuação profissional não é o registro profissional mas a competência, que pode ser definida como: “el conjunto de las habilidades, las destrezas, las actitudes y los conocimientos teórico-prácticos necesarios para cumplir una función especializada de um modo socialmente reconocible y aceptable. (ENCUENTRO, 2000, p. 5)³.

Neste sentido, o conhecimento e o desempenho de determinada função poderá garantir, o reconhecimento dos profissionais pela sociedade.

Diniz (2001) menciona ainda a proletarização do trabalho e cita, como exemplo, os médicos. Historicamente, eles sempre se apresentaram como profissionais liberais com seu trabalho realizado diretamente com seus pacientes. Hoje, este profissional passou a depender de planos de saúde para desempenhar suas atividades, tornando-se um assalariado. A concorrência entre pares, motivada pelo aumento significativo dos cursos de Medicina no país, e o fato dos pacientes serem mais exigentes quanto ao atendimento prescrito, coloca o profissional de saúde numa disputa por um novo espaço.

Dowbor (2002), também, ressalta sua preocupação com o futuro das profissões diante das grandes corporações que dominam o mundo globalizado, onde o trabalho virou mercadoria de troca e o trabalhador, um elemento dispensável ou substituível. Segundo este autor, a noção de profissão deve ser entendida como carreira, ou seja, o indivíduo nunca está completamente preparado para uma atividade profissional.

Nesta concepção de carreira, o indivíduo se encontra em constante formação. As tarefas que realiza, com o tempo, extinguem-se ou modificam-se exigindo novas qualificações que devem ser adquiridas através da formação continuada.

³² o conjunto de habilidades, destrezas, atitudes e os conhecimentos teórico-práticos necessários para cumprir uma função especializada de um modo socialmente reconhecido e aceitável.

2.2 As profissões no Brasil

Estudando, no Brasil, o desenvolvimento de profissões como Engenharia, Direito e Medicina vemos que em algumas o Estado foi o grande propulsor de seu desenvolvimento como, por exemplo, a Engenharia (TELES, 1984). Em outras, atuou como parceiro neste processo, como no caso do Direito (BONELLI, 1999).

Para Bonelli (1999), a construção da profissão de advocacia no Brasil se deu simultaneamente à construção do Estado, no contexto posterior à Independência, como uma via de mão dupla. A nova nação apresentava uma demanda que foi identificada e, oportunamente preenchida por um segmento social da elite que buscou influenciar o Estado com seus conhecimentos de jurisprudência.

Foram criadas, então, as Faculdades de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, fundado em 1843, tinha como principal objetivo auxiliar o Estado nas questões jurídicas. “A magistratura tinha a jurisdição punitiva e o credenciamento era realizado pelos deputados, pelo ministro da justiça e pelo onarca” (BONELLI, 1999, p. 65).

Muitos de seus membros eram também políticos da nova elite brasileira que se formou após a Independência. Das ações deste Instituto saíram as estratégias que serviram de suporte para a criação, em 1930, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em vários momentos, o Estado buscou controlar o exercício profissional, sendo enfrentado judicialmente pela Ordem dos Advogados do Brasil que passou a ter em pauta a autonomia profissional. O fato do Estado estar permanentemente envolvido na trajetória desta profissão “não desfigura a condição profissional deste grupo, pois, o saber abstrato, a ênfase no mérito e a autonomia para realizar diagnósticos técnico-jurídicos estiveram sempre presentes” (BONELLI, 1999, p. 74).

O Estado foi o principal responsável pelo desenvolvimento da Engenharia no nosso país. No final do século XIX, motivado pelo auge da produção cafeeira o Brasil se viu obrigado a construir, em tempo recorde, estradas de ferro para facilitar o escoamento da produção e a infra-estrutura para promover a urbanização. Buscou-se, então, junto às escolas politécnicas brasileiras, a formação de um corpo de engenheiros capazes de atender à demanda do Estado.

No período da industrialização brasileira, o engenheiro continuou a ter um papel importante na administração estatal tendo em vista a necessidade de técnicos para a tomada de decisões na área tecnológica.

Surge, então, na Engenharia um ramo de conhecimento que dá inicio à profissionalização de economistas motivados por esta demanda e pela experiência adquirida no Governo.

Após a crise de 1929, o Estado buscou romper com o atraso econômico levando o país à modernização, projetando uma nova arquitetura do aparelho estatal, com o objetivo de alavancar o processo de crescimento nacional (GOMES, 1994).

Os engenheiros participaram deste esforço, planejando e construindo estradas e demais ações ligadas à urbanização. Os economistas tornaram-se responsáveis pela gestão da máquina estatal, através da elaboração de teorias e interpretações do país. (SCHWARTZMAN, 1987).

2.3 As profissões da informação

Antes de descrevermos as principais transformações das profissões da informação no Brasil, é necessário esclarecer que a definição de profissional da informação adotada neste estudo foi a da Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2005) que considera profissionais da informação os indivíduos que:

“disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria. (BRASIL, 2005)”

Enfatizamos ainda que embora não haja consenso na literatura da área de Ciência da Informação com relação a que profissionais devem ser considerados como profissionais da informação, para a CBO estes profissionais são os bibliotecários, os documentalistas e os analistas de informação, exigindo-se para o exercício destas três ocupações, a formação universitária em Biblioteconomia.

“Fica então evidente que para a Classificação Brasileira de Ocupações o profissional da informação é o bibliotecário – aquela ocupação que entre as três componentes da família ocupacional está apta a exercer a

maioria absoluta das atividades típicas daquela família". (CUNHA; CRIVELLARI, 2004, p.50).

Se examinarmos a situação do profissional da informação bibliotecário, neste início de século, é possível perceber a ampliação do seu campo de atuação, não estando estes profissionais restritos a unidades de informação tradicionais (bibliotecas, centros de documentação e arquivos), mas atuando em qualquer instituição que faça uso da informação como jornais, estações de televisão, museus, livrarias, editoras, escritórios de contabilidade e advocacia e Internet, entre outros.

Na realidade, a formação acadêmica não é mais garantia de atuação profissional. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação, novas atividades foram sendo demandadas a este profissional aumentando suas responsabilidades, que demandam por sua vez, novas competências.

Para Beraquet *et al.* (1999, p. 66), "o bibliotecário da nova era precisa sobrepor suas capacidades intelectuais às habilidades operacionais." Exige-se, deste profissional, que busque desenvolver habilidades que favoreçam sua capacidade de adaptação às mudanças e privilegie o aprender a aprender em detrimento do aprender a fazer.

Arruda (1998, p.19), afirma que o novo modelo de mercado baseado na flexibilização da produção "exige qualificações cognitivas em detrimento das habilidades manuais e mecânicas". Ao profissional da informação bibliotecário não caberá mais apenas a função de executor de tarefas, mas a de um indivíduo capaz de atuar em equipes multidisciplinares dentro da sua instituição.

Dentre as novas competências deste profissional, descritas na literatura da área de Ciência da Informação no Brasil, algumas são destacadas. Entre elas podemos citar:

- a necessidade de ser flexível a mudanças;
- a adaptabilidade;
- a capacidade de trabalhar em grupo;
- a orientação para o usuário;
- a criatividade;
- a agilidade;
- as habilidades de comunicação;
- a liderança;

- a interdisciplinaridade. (GUIMARÃES, 1997 e 1998, ARRUDA, 1998; CUNHA, 2000).

Estas são competências exigidas, atualmente, não só dos profissionais de informação, mas de vários outros grupos. Educadores, jornalistas, médicos, advogados entre outros, estão sujeitos a estas exigências no seu campo de atuação (ARRUDA, 2000).

Porém, para nenhum destes profissionais as mudanças foram tão radicais. Os educadores continuam usando métodos consagrados de educação tendo a tecnologia como um aliado na aprendizagem. Os médicos vêem seu trabalho facilitado com os novos mecanismos de diagnóstico, mas ainda têm no exame físico seu maior aliado no tratamento. Advogados ainda dependem de bons argumentos para ganhar suas causas.

O usuário mostra-se cada vez mais exigente com suas demandas e seus questionamentos. Para tanto, são necessários serviços diferenciados que o atendam com qualidade e em tempo hábil. Algumas funções desaparecem, outras se modificam e outras surgem com o advento das tecnologias da informação. Para o profissional da informação, houve em um tempo muito curto, um acréscimo de novas habilidades.

Segundo Smit e Barreto (2002, p.17)

“o profissional desta área se encontra em um ponto no presente entre o passado e o futuro. Convive com tarefas e técnicas tradicionais de sua profissão mas precisa atravessar para uma realidade, para onde estão indo seus clientes, e aprender a conviver com o novo e o inusitado, numa constante renovação de seus conhecimentos e de seu agir no trabalho”.

O atendimento ao usuário sofre modificações em função do acesso à informação pela Internet e do uso de ferramentas como correio eletrônico. Diante desta realidade, o profissional da informação deixa de ser um profissional de apoio e de intermediação e passa a ocupar uma posição onde a análise da informação é fundamental. Esta é talvez a condição imposta a este profissional da informação na busca por uma melhor posição junto ao mundo do trabalho. E a melhor forma de fazê-lo, segundo Tarapanoff (2000), é através da inovação e da educação continuada.

Essas mudanças se devem a um mercado de trabalho cada dia mais exigente, que tem o tempo como um adversário a ser vencido e se apóia nos meios de informação e comunicação para acelerar os processos de produção e distribuição de mercadorias e serviços.

Segundo Nascimento (2000, p.11), “se em determinado momento o profissional da informação lidava com práticas consagradas e cristalizadas, hoje a dinâmica impõe uma variedade e diversidade de papéis ao bibliotecário que parecem co-existir em universo caótico”.

Se o mercado de trabalho se ampliou, e, em consequência, as qualificações para o exercício da profissão, como caracterizar o perfil do bibliotecário? Muitos são os autores que buscam definir os novos perfis profissionais motivados pelas demandas do mundo do trabalho. Guimarães (2000, p.82) ressalta que o papel deste novo profissional “[...] está em lidar com a informação em um contexto de precisão temática, adequação de fontes, tempo, forma, a partir de um dado contexto de necessidade informacional.” Ou seja, este profissional precisa estar preparado para as mudanças e deve antever as necessidades de seus usuários. Deve ainda estar integrado na sua instituição e conhecer seus objetivos, participando dos seus processos decisórios de forma a ter um papel efetivo na sociedade.

A importância das tecnologias de informação para a sociedade exigirá do bibliotecário cada vez mais conhecimento e proficiência no uso de equipamentos, interfaces operacionais, aplicativos, sistemas de pesquisa e recuperação de informação, e de redes eletrônicas de comunicação.

3 CONCLUSÃO

Como se afirmou, anteriormente, o modelo de desenvolvimento das profissões, no Brasil, apresenta características próprias, sendo que o modelo híbrido, apresentado por Diniz, parece o mais coerente.

Para concluir é necessário lembrar que as profissões passam, atualmente, por mudanças que têm afetado o seu desenvolvimento. Sem dúvida, estas transformações estão pondo em questão os 3 princípios fundamentais da teoria das profissões, a saber: o monopólio do conhecimento, a autonomia profissional e a orientação de serviço. Muitos fatores contribuíram para a diminuição da autonomia profissional: a expansão do conhecimento, as expectativas dos clientes e o aumento do número de profissionais ligados a estruturas burocráticas.

Além disso, a dimensão de monopólio do conhecimento tem sido desmistificada pela produção intensiva de informação e pelo desenvolvimento das tecnologias. Neste

momento é impossível prever como evoluirá o sistema das profissões e suas transformações.

Para concluir, com relação ao bibliotecário é necessário reafirmar que o perfil e as características deste profissional vêm sofrendo mudanças importantes neste início de século. Se verificarmos sua evolução dentro do sistema das profissões é necessário enfatizar a expansão dos seus ambientes de trabalho e sua atuação em equipes interdisciplinares corroborando as disputas por jurisdição enfatizadas por Abbott (1988) em espaços cada vez mais competitivos.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, A. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ARRUDA, M. C. C. Reflexos do processo de globalização na capacidade profissional. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 8, n.1, p. 11-24. 1998.
- BELL, D. **The coming of post-industrial society**. New York: Basic Books, 1976.
- BERAQUET, V. S. et al. Qualidade de ensino na Fabi - Campinas face ao moderno profissional da informação. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.1, p. 63-69, 1999.
- BONELLI, M.G. O instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e o Estado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 61-81, fev. 1999.
- _____. Os médicos e a construção do profissionalismo no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 431-436, maio-ago. 2002.
- BRAGA PRIMO, C. A. A economia mundial em 2010 e a revolução dos serviços. **Revista Economia e Política**, São Paulo, v.9, n.2, abr./jun, p.98, 1989.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecb.gov.br/>. Acesso em 20 de julho de 2005.
- CUNHA, M. V. **O profissional da informação**: formação e mercado de trabalho. São Paulo : APB, 2000. (Ensaios APB, n.83)
- _____; CRIVELLARI, H.M.T. O mundo do trabalho na sociedade do conhecimento e os paradoxos das profissões de informação. In: VALENTIM, M.L.P. (Org). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p.41-54

DE MASI, D. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. 354p.

DINIZ, M. **Os donos do saber**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

DOWBOR, L. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo: SENAC, 2002.

ENCUENTRO DE DIRECTORES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIA DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 4, 2000, Montevideo. **Programa...** Montevideo, 2000. Disponível em: <www.abecin.org.br> Acesso em junho de 2006.

FREIDSON, E. **Renascimento do profissionalismo**: teoria, profecia e política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

GOMES, A. de C. (Org.) **Engenheiros e economistas**: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

GUIMARÃES, J. A.C. Moderno profissional da informação: elementos para sua formação no Brasil. **Transinformação**, Campinas, v. 9, n. 1, jan/abr. 1997.

_____. Moderno profissional da informação: a formação, o mercado e o exercício profissional no Brasil. **CFB: Informa**, Brasília, v. 3, n. 2, p.6-7, abr. 1998.

_____. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: Marta Lígia Pomim Valentim. (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000, p. 53-70.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

MACHLUP, F. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States**. Princeton, N.J., Princeton University Press, 1962.

MARTIN, W.J. **The global information society**. London: Aslib, 1995.

MULLER, S. P. M. Uma profissão em evolução: profissionais da informação no Brasil sob a ótica de Abbott – proposta de estudo. In: BAPTISTA, S. G., MUELLE, S.P.M. (Org.). **Profissionais da informação**: o espaço de trabalho. Brasilia: Thesaurus, 2004. p. 23-54.

NASCIMENTO, M. A. R. O profissional da informação e o paradigma da sociedade da aprendizagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 20. 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2000.

SCHWARTZMAN, S. A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 47-66, 1987.

SMIT, J. W; BARRETO, A. Ciência da informação: base conceitual para a formação do profissional". In: VALENTIM, M. P. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo : Polis, 2002. p. 9-23.

TARAPANOFF, K. O bibliotecário na sociedade pós-industrial. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2000. 1 CD-ROM.

TARGINO, M. G. Quem é o profissional da informação? **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 61-69, jul-dez.2000.

TELLES, P. da S. **Historia da engenharia no Brasil**: século XVI a XIX. Rio de Janeiro: LTC,1984.

ABSTRACT

Reflection on the professions and its evolution in society, with emphasis in the information society and its relationship with State. The authors analyze some European and North American professional models and present a brief history of the evolution of the professions in Brazil with emphasis in Library Science.

KEYWORDS: Professions. Librarianship. Brazil.

Originais recebidos em: 01/02/2007

Texto aprovado em: 14/09/2007